



III Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

Mediatização, imaginário e os novos tensionamentos¹

Mediatization, imaginary and the new tensions

Ricardo Luís Düren

Palavras-chave: mediatização, imaginário, tensionamentos.

No presente trabalho abordamos imbricações entre as gramáticas da mediatização e a epistemologia do imaginário, entendido, conforme detalharemos a seguir, como um processo cognitivo gerador de sentidos repleto de complexidades. Partimos da hipótese de que a mediatização, como instância que materializa o sentido, concedendo-lhe, conforme Verón (2013), características de autonomia e persistência, também exerce influência sobre o imaginário, o dotando dessas mesmas potencialidades. A partir dessa visada, mas traçando um paralelo em caminho inverso, constatamos, portanto, que partem do imaginário muitos dos sentidos que, materializados e potencializados pelo atual estágio da mediatização, são prováveis geradores de tensionamentos no âmbito social. Sob esse viés, nosso argumento é que a pesquisa acerca do imaginário pode fornecer insumos pertinentes também para o estudo da mediatização, inclusive, no que toca à polarização e à intolerância, cada vez mais manifestas, via novos dispositivos tecnodiscursivos, nos dias atuais.

¹ Trabalho apresentado ao III Seminário Internacional de Pesquisas em Mediatização e Processos Sociais. PPGCC-Unisinos. São Leopoldo, RS – 6 a 10 de maio de 2019.



III Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

Cumpramos ressaltar que abordamos a mediação sob a ótica de Verón (2013), conforme antecipamos acima. Nesse viés, entendemos a mediação como um processo inerente a operações técnicas, mais ou menos complexas, que envolvem a fabricação de um suporte através do qual ocorre a materialização do sentido – no caso, a transferência do pensamento ou da fala humanos para um plano físico, seja ele um suporte de escrita (impresso ou digital), um vídeo ou uma gravação em áudio. Desta forma, através desse processo, conforme o autor, o sentido gerado pelo pensamento do indivíduo adquire autonomia em relação a seu autor e persistência (durabilidade) ao longo do tempo.

É importante também abordar, ainda que brevemente neste primeiro momento, a questão da emergência de tensionamentos no atual estágio da mediação, o que exige, antes, uma visão sobre o conceito de circulação. Esse diz respeito, conforme Verón (2005), ao elo situado entre a produção do discurso e os seus efeitos na esfera do reconhecimento, sendo um lugar que só pode ser identificado a partir das diferenças entre esses dois estágios. A circulação, portanto, “[...] se define pela defasagem, num dado momento, entre as condições de produção do discurso e a leitura feita na recepção” (VERÓN, 2005, p. 53). Na seara da circulação se encontra, conforme o autor, o conjunto de mecanismos que integram o sistema produtivo da transmissão de sentidos, o qual estabelece relações entre as distintas gramáticas de produção e de reconhecimento. Assim, as condições de circulação variam conforme o tipo de suporte material-tecnológico pelo qual ocorre a mediação, o que nos sugere possibilidades diversas de variações, haja vista as diversas possibilidades de processos de mediação.

Fausto Neto (2013) também ressalta, ao contextualizar a abordagem moderna da semiótica acerca da circulação, a existência de descontinuidades nas relações entre produção e recepção do discurso – duas instâncias que atuam na geração de sentidos mediante lógicas distintas. Tal desarticulação entre as instâncias produtora e receptora



III Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

se estabelece, justamente, no âmbito da circulação e é uma característica do fenômeno. O autor destaca que, em função dos desajustes inerentes a esse processo, o agente produtor do discurso não tem controle sobre os efeitos gerados na esfera da recepção – os quais, necessariamente, podem variar em relação ao almejado pelo primeiro. Ressalta que tais discontinuidades são visíveis mesmo no plano da comunicação interpessoal, mas se acentuam e se complexificam nas sociedades modernas (e midiáticas) em decorrência dos “meios”, os dispositivos técnicos que atuam como elementos de interposição entre produção e recepção e que, assim, geram novas formas de acoplamento entre essas duas instâncias, potencializando seu contato ao mesmo tempo em que colocam o sentido em movimento.

Neste viés, Fausto Neto (2013) observa que a emergência de novas processualidades tecnodiscursivas, nessas sociedades, propicia o advento de novas “economias de contato”, ou seja, de mais possibilidades de acoplagens. Um exemplo trabalhado pelo autor diz respeito às chamadas “plataformas circulatórias”, dispositivos que possibilitam a comunicação “de todos para todos”, fenômeno que relacionamos à internet e a suas potencialidades em termos de possibilitar a materialização e ampla difusão de sentidos a partir de agentes externos ao chamado campo midiático, termo que relacionamos às tradicionais instituições mediadoras – onde se situa, particularmente, o jornalismo. Na esteira desses processos, emergem economias de contato caracterizadas pela supressão dessas instituições mediadoras e, assim, o “[...] acontecimento, neste contexto de circulação, dissemina-se diretamente da fonte para outros campos sociais e seus atores, sem passar pelos processos regulatórios e mediacionais dos processos produtivos jornalísticos” (FAUSTO NETO, 2013, p. 57).

Tem-se, a partir do fenômeno, uma ruptura em relação às economias de contato anteriores paralelamente à emergência de novas lógicas de circulação, conforme diferentes campos sociais produtores de sentidos. Entendemos que, de certa forma, quebra-se a hegemonia das instituições mediadoras e, na esteira da emergência de uma



III Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

diversidade de agentes geradores de sentido (cada qual com suas peculiaridades em termos de processualidade do imaginário), surge boa parte dos tensionamentos característicos da sociedade contemporânea – sem omitir o papel da própria circulação como geradora de divergências, justamente por conta de seu caráter de descontinuidade entre produção e reconhecimento.

Não nos propomos, aqui, a oferecer julgamentos acerca destas diferentes posturas que, em virtude das novas processualidades tecnodiscursivas, emergem no atual estágio de mediação da sociedade. Nossa intenção, cabe ressaltar, é demonstrar que a origem de boa parte desta variedade de sentidos, ora materializados pela mediação, reside em processos cognitivos que dizem respeito às gramáticas do imaginário, que passaremos a abordar a seguir.

O que é o imaginário?

Ruiz (2003) alerta para a recorrente confusão, mesmo no âmbito científico, entre os conceitos de imaginário e de imaginação. O último, geralmente relacionado ao aspecto onírico da subjetividade humana e à criação fantasiosa, é decorrência e componente do primeiro, mas não seu equivalente. Mesmo status é atribuído pelo autor ao aspecto racional do homem. Mas o que seria, então, o imaginário? O autor arrisca uma definição ao afirmar que

[...] o imaginário corresponde ao aspecto insondável do ser humano, em que se produz, além de todos os condicionamentos psíquicos e sociais, o elemento criativo; ele constitui o sem-fundo inescrutável da pessoa humana, que possibilita a imaginação e também a racionalidade como dimensões próprias do humano. (RUIZ, 2003, p. 32).

Neste viés, o autor argumenta que o imaginário é um processo pelo qual, mesclando elementos de razão, imaginação e sensações, o homem atribui sentidos ao mundo. Ruiz (2003) argumenta que o humano, como ser que se diferencia das demais



III Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

espécies, particularmente, por sua alteridade, tem consciência de si como indivíduo independente do mundo natural e, portanto, é capaz de atribuir sentidos a esse. O mundo, pelo viés do imaginário, torna-se representação: seus elementos, antes destituídos de sentido, ganham significação. Assim, o imaginário “[...] se manifesta como fluir criador que constrói permanentemente imagens com sentido de um mundo que, por princípio natural, é insignificante para o resto das espécies animais” (RUIZ, 2003, p. 49).

Em pesquisa mais recente, Silva (2017) oferece uma teorização acerca desse conceito semelhante a de Ruiz (2003), mas acrescenta a expressão “excedente” ao se referir aos sentidos emergentes do imaginário. Desta forma, para Silva (2017) o imaginário consiste em um excedente de significação que o indivíduo, socialmente constituído e dotado de bagagem semântica (experiências, conhecimentos prévios, preconceitos) atribui aos fatos ou elementos concretos do mundo, na esteira de um processo cognitivo e emocional que parte do individual para a esfera social. Em resumo, equivale a dizer que aos eventos que acontecem no plano físico – no dito mundo real –, tais como uma partida de futebol ou uma tragédia, o imaginário atribui sentidos que, por si só, esses incidentes não têm. É a partir desse processo, defende o autor, que mesmo uma situação trivial torna-se, no âmbito da subjetividade humana, interessante, deslumbrante, repleta de cores e sentimentos.

Observamos que as inferências de Silva (2017) consistem na culminância, até o presente momento, de uma linha de pensamento que vem se transferindo de mestres para discípulos a partir de Gaston Bachelard. Em sua argumentação, Silva (2017) retoma proposições acerca do imaginário de seu mestre, Michel Maffesoli, e do antigo professor desse, Gilbert Durand, discípulo de Bachelard.

Em Bachelard (1996) encontramos o que, a nosso ver, pode ser considerado um esboço da perspectiva de imaginário que seria desenvolvida por seus herdeiros. Ao abordar os mecanismos inerentes à imaginação, o filósofo reconhece a interferência do



III Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

que chamada de “centro de imagens”, espécie de arcabouço, comum a todos os seres humanos, que armazenaria as mesmas imagens oníricas, as mesmas angústias, pretensões, ideias e valores:

[...] Há seguramente em nós uma imagem, um centro de imagens que atrai as imagens felizes e repele as experiências do infortúnio. No seu princípio, todavia, essa imagem não é inteiramente nossa; tem raízes mais profundas que as nossas simples lembranças. (BACHELARD 1996, p. 118-119).

Podemos inferir que, de certa forma, a ideia da existência de um centro de imagens compartilhado pelos indivíduos é herança dos apontamentos do pesquisador e psiquiatra Carl Jung. A indicação da existência de um centro de imagens comum a todos os homens está presente na obra de Jung (2008), o qual chama esse núcleo de “conjunto de imagens primordiais”. Compreender esse conceito implica aceitar a forte interferência que o lado inconsciente da mente humana exerce, segundo o psiquiatra, na criação de representações (ou imagens simbólicas) acerca do mundo concreto – e aqui identificamos, novamente, uma ideia em consonância com o conceito de imaginário oferecido por Ruiz (2003) e Silva (2017).

Intrigava Jung (2008) a existência das mesmas imagens simbólicas (tais como a árvore da vida, o deus que morre e ressurgue, a serpente, o dragão do mau e outros demônios) em diferentes mitos e culturas primitivas, de povos distintos que nunca tiveram contato entre si. Intrigava-lhe também o surgimento destas imagens em sonhos de pacientes seus, ou seja, em indivíduos contemporâneos e “civilizados” que, via de regra, desconheciam esses mitos. Tais constatações são, para Jung (2008), indicativos da existência de uma bagagem de arquétipos, comum aos indivíduos, que atua da mesma forma no inconsciente de cada um.

A ideia do compartilhamento, entre os indivíduos, de um arcabouço de antigos arquétipos, valores e símbolos, foi retomada por Durand (1998), o qual relaciona o fenômeno à emergência do imaginário – ou, nesse caso, do que o autor chama de



III Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

“imaginário coletivo”. O termo compreende, entre outros conceitos, os valores, crenças e narrativas aceitos e compartilhados, consciente e inconscientemente, pelo homem em sociedade. A raiz desse imaginário coletivo, para Durand (1998), estaria nas antigas narrativas míticas, que, portanto, continuariam exercendo influência sobre o homem mesmo nas sociedades contemporâneas, céticas em relação à mitologia. Sob a ótica do autor, os antigos mitos, bárbaros e ilógicos, seriam tolhidos e regradados conforme os valores de diferentes sociedades em diferentes épocas, mas, ainda assim, seu cerne estaria presente no âmbito do imaginário.

Discípulo de Durand e mestre de Silva, Michel Maffesoli também observa relações entre mitologia e imaginário. Para Maffesoli (2008), o mito, como patrimônio de um grupo, é fonte dos simbolismos, representações e sensações compartilhados na esfera social. No mito estaria, inclusive, a origem dos “motores sociais”, que impulsionam a sociedade rumo a determinados objetivos, tais como a busca pelo progresso. Para o autor, os sonhos de progresso compartilhados por uma sociedade partem da dimensão do sagrado (do mítico), mantendo sua interferência sob novas roupagens – fenômeno que ele chama de “pseudomorfose”. Assim, o imaginário, no que tem de compartilhamento de símbolos e anseios, é, para Maffesoli (2008), um elemento agregador na esfera social.

Trata-se de uma constatação que pode soar estranha no contexto contemporâneo, onde as rupturas parecem mais evidentes do que os fatores de agregação. O argumento que pretendemos desenvolver a partir desse trabalho é que mesmo esses tensionamentos partem de um elemento psicossocial comum a todos os indivíduos: o imaginário. Entendemos que, embora as raízes do imaginário sejam comuns aos indivíduos, ele é, assim como a circulação, também um fator de divergência – fenômeno que pode ser observado em maior potência na atualidade, por mérito das novas economias de mediação.



III Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

Referências bibliográficas

BACHELARD, Gaston. *A poética do devaneio*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 205p.

DURAND, Gilbert. *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Tradução de Renée Eve Levié. Rio de Janeiro: Difel, 1998. 128p.

FAUSTO NETO, Antônio. Como as linguagens afetam e são afetadas na circulação? In: BRAGA, José Luiz et al. (Org.). *Dez perguntas para a produção do conhecimento em comunicação*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2013. p. 43-64.

JUNG, Carl G.. Chegando ao inconsciente. In: JUNG, Carl G. (Org.). *O homem e seus símbolos*. Tradução de Maria Lúcia Pinto. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 19-103.

MAFFESOLI, Michel. *O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva*. Tradução de Aluizio Ramos Trinta. Porto Alegre: Sulina, 2008. 295p.

RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. *Os paradoxos do imaginário*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003. 267p.

SILVA, Juremir Machado da. *Diferença e descobrimento: o que é imaginário? (A hipótese do excedente de significação)*. Porto Alegre: Sulina, 2017. 175p.

VERÓN, Eliseo. *Fragments de um tecido*. Tradução de Vanise Dresch. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005. 286p.

VERÓN, Eliseo. *La semiosis social 2: ideas, momentos, interpretantes*. Buenos Aires: Paidós, 2013. 448p.